

Tambo 002779

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

Serviço Geológico do Brasil

Empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia

I 00
I/0004



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício de 1995



Fevereiro - 1996

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Ministro de Estado
Raimundo Mendes de Brito

Secretário Executivo
José Luiz Pérez Garrido

Secretário de Minas e Metalurgia
Giovanni Toniatti

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

Serviço Geológico do Brasil

Conselho de Administração

ATUAL

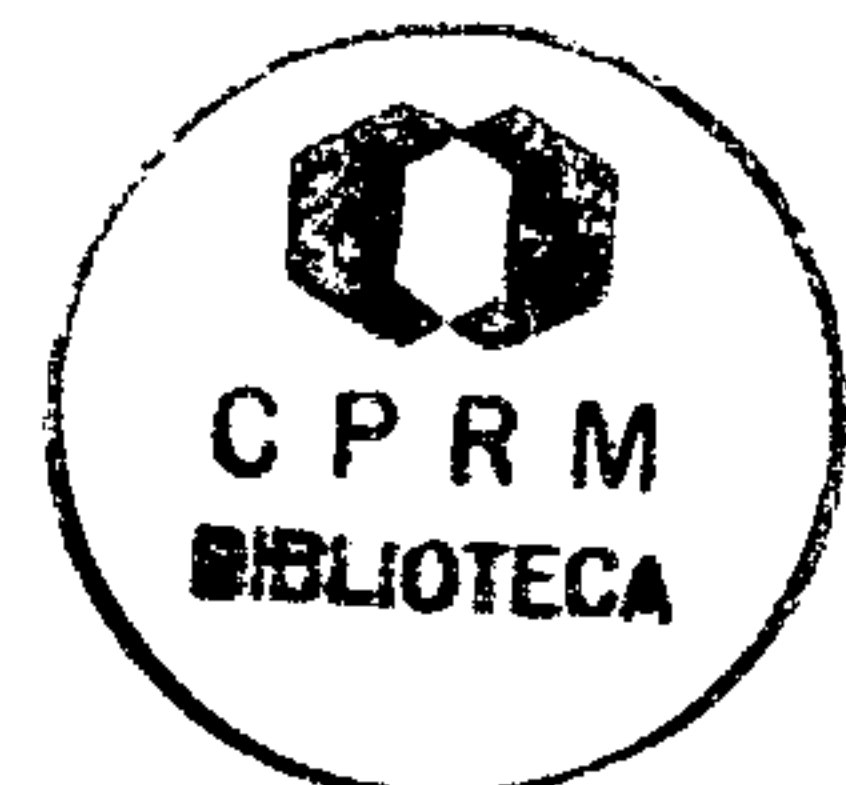
Giovanni Toniatti – Presidente
Carlos Oití Berbert – Vice-Presidente
Breno Augusto dos Santos
Hermes Augusto Verner Inda
José Said de Brito
Jayr Dezolt

ANTERIOR

Carlos Oití Berbert – Presidente
Elmer Prata Salomão
José Said de Brito
José Mauro Esteves dos Santos
Ney Webster Araujo
Antonio Juarez Milmann Martins
Augusto Wagner Padilha Martins
Gil Pereira de Souza Azevedo
Idelmar da Cunha Barbosa

Conselho Fiscal

Efetivos	Suplentes
José Luiz Guimarães Vasconcelos	Solange Teixeira
Carlos Walter Marinho Campos	Luiz Carlos Toffoli
Orlando Rodrigues Ribeiro Junior	Newton Rosa Reis



15 de fevereiro de 1996

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

A CPRM, ao transformar-se em empresa pública pela Lei nº 8.970/94, assinada em 28 de dezembro de 1994, recebeu as atribuições de SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL realizando, desse modo, os anseios dos profissionais das geociências e da sociedade e encerrando um período de mais de 15 anos de debates e discussões sobre sua missão no setor mineral brasileiro. Com isso, ficaram reservadas à CPRM as funções previstas no art. 21, item XV, da Constituição Federal no tocante aos serviços oficiais de geologia, estendendo-se sua missão ao setor ambiental, em caráter complementar ao de outros órgãos governamentais; de outro lado, foi restringida sua atuação como empresa de mineração, na realização da pesquisa mineral e na obtenção de direitos minerários por ela proporcionados, para poder dedicar-se, sem preocupação de lucros diretos, à prospecção mineral de caráter regional e nacional, em complementação aos levantamentos geológicos básicos.

Um novo Estatuto foi elaborado e aprovado (Decreto nº 1.524, de 20.06.95), o qual alterou a composição e a forma tradicionais de indicação e de eleição dos membros dos colegiados; o Conselho de Administração deixou de ter participação de membros da Diretoria Executiva, salvo quanto ao Diretor-Presidente que será seu Vice-Presidente.

A estrutura organizacional foi objeto de exaustivos estudos durante todo ano, tendo ficado concluída uma proposta detalhada, apta a ser aprovada pelo Conselho de Administração. Os empregados da Companhia não sofreram qualquer prejuízo ou descontinuidade em seus direitos e prerrogativas, mantendo-se a C.L.T. como diploma regulador de sua situação jurídica.

Entre as mudanças destinadas a dar à CPRM condições efetivas de melhor desempenho suas novas e mais bem definidas atribuições de Serviço Geológico do Brasil, cabe mencionar a reformulação do plano de cargos e salários, já submetido às autoridades federais competentes.

Em que pesem as medidas de contenção de despesas (Decreto 1.410, de 07.03.95) e o fluxo irregular das liberações financeiras pelo Tesouro Nacional, o ano foi satisfatório para a CPRM, do ponto de vista dos recursos orçamentários, graças ao desempenho da receita própria, tendo permitido o cumprimento dos objetivos da Companhia e proporcionado uma situação financeira equilibrada.

O planejamento das atividades dos exercícios futuros foi uma das grandes preocupações da Administração. Além do preparo da proposta para o Orçamento Geral da União de 1996, foram elaborados: o Plano Estratégico 1996 a 1999, o Plano Anual de Trabalho (PAT-96) e o Programa Global de Treinamento – 1996. Na medida do possível, tendo em vista o fluxo de recursos e seus montantes, a CPRM procurou cumprir o Plano Estratégico – 1990/1995, os Planos Setoriais – 1994/1996, o Plano Plurianual para o Desenvolvimento do Setor Mineral e o Orçamento Geral da União para 1995. No tocante à avaliação do desempenho da Companhia, como um todo, foram utilizados os instrumentos do Convênio de Desempenho pactuado com a Secretaria de Minas e Metalurgia do MME e os Contratos Internos de Desempenho com as unidades operacionais da Companhia.

Sob o ponto de vista técnico ressalta-se o lançamento público de quase 500 produtos nas áreas de geologia, hidrologia, hidrogeologia, recursos minerais e gestão e administração territorial, bem como o treinamento de mais de 700 funcionários, entre técnicos e administrativos; assinala-se, ainda, a participação efetiva de repre-

sentantes da Companhia em eventos internacionais, como o "Investing in the Americas", em Miami, USA, e o "Congresso Latino Americano de Geologia", em Caracas, Venezuela.

Das iniciativas merecedoras de citação nesta mensagem é de ser destacado o início do *Projeto Província Mineral do Tapajós*, um projeto de grande amplitude técnica e extensão territorial, incidindo sobre uma região altamente favorável a ouro e a outros bens minerais e que, socialmente, sofre o problema da presença de cerca de 90.000 garimpeiros.

Ainda neste contexto refiro-me a continuação da edição da revista "A ÁGUA EM REVISTA" e o lançamento de "A TERRA EM REVISTA", que a CPRM vem publicando com grande êxito.

Na melhoria dos ambientes e dos instrumentos de trabalho, com vistas a aumentar a eficiência geral e a qualidade dos produtos da CPRM, importantes iniciativas foram tomadas, entre elas: a construção da nova sede da Superintendência Regional de Manaus, inaugurada no dia 13 de dezembro, em terreno próprio, de características construtivas austeras mas muito adequadas ao serviço da Companhia; recuperação e ampliação das instalações operacionais do Depósito de Araraquara e do Núcleo de Apoio de Mossoró; manutenção e melhoria das sedes das Superintendências de Belém, Goiânia e Porto Alegre e da Residência de Porto Velho; renovação de equipamentos em geral e da frota de veículos; aumento do número dos equipamentos de microinformática e reforma e modernização das instalações do Laboratório Central de Análises Minerais, do Centro de Documentação Técnica e do Centro de Cartografia, estes no Rio de Janeiro.

O relacionamento com as entidades representantes dos empregados foi caracterizado por um alto grau de transparência e harmonia; as dificuldades enfrentadas pelos empregados, principalmente referentes aos salários, foram amplamente consideradas, não tendo sido possível, entretanto, proporcionar melhorias, ainda obstaculizadas pela legislação federal.

A expectativa para o exercício de 1996 é satisfatória no que depende das condições da Companhia para realizar seus propósitos, tendo em vista os recursos humanos, materiais e institucionais disponíveis e a situação financeira equilibrada.

Finalmente, anuncio a edição próxima de um relatório mais detalhado das atividades técnicas da Companhia, onde serão divulgados para acionistas e para a sociedade suas realizações neste exercício.

AGRADECIMENTOS

Em nome da Diretoria Executiva louvo a dedicação e os esforços dos empregados, de todas as profissões e de todos os níveis, para que fosse possível realizar os objetivos da CPRM e cumprir os compromissos assumidos. Agradeço, também, a diligência e o apoio recebidos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Agradeço a confiança e o apoio dos acionistas, do anterior Secretário de Minas e Metalurgia e ora Conselheiro de Administração – Breno Augusto dos Santos, do Secretário de Minas e Metalurgia – Giovanni Toniatti, do Ministro de Estado de Minas e Energia – Raimundo Mendes de Brito, e, especialmente, do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Brasília, 15 de fevereiro de 1996

CARLOS OITÍ BERBERT
Diretor - Presidente

INTRODUÇÃO

O presente relatório, elaborado pela Diretoria Executiva, obedece às disposições da Lei nº 6.404/76 e da Instrução Normativa nº 06/94 do Tribunal de Contas da União, sendo acompanhado das Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício de 1995 e dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes.

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais é uma sociedade por ações, cuja constituição foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969 (D.O.U. de 15.8.69), sendo seu primeiro Estatuto aprovado pelo Decreto nº 66.058, de 13.10.70; durante o exercício de 1994 e até a data da publicação da Lei nº 8.970, em 29 de dezembro de 1994, vigorou o Estatuto aprovado pelo Decreto nº 919, de 08.09.93, publicado no D.O.U. de 09.09.93, com modificação aprovada pelo Decreto nº 1.004, de 08.12.93 (D.O.U. de 09.09.93).

A Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, modificou a natureza jurídica da CPRM, que passou a ser uma empresa pública, assumindo definitivamente as atribuições e responsabilidades do Serviço Geológico do Brasil; o novo Estatuto, adequado à Lei nº 8.970, foi aprovado pelo Decreto nº 1.524, de 20.06.95 (D.O.U. de 21.06.95).

A CPRM tem por objeto (art. 2º da Lei nº 8.970/94):

I – subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional;

II – estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;

III – orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas ou privadas na realização de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;

IV – elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados;

V – colaborar em projetos de preservação do meio ambiente, em ação complementar à dos órgãos competentes da administração pública federal, estadual e municipal;

VI – realizar pesquisas e estudos relacionados com fenômenos naturais ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à paleontologia e à geologia marinha;

VII – dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

SÍNTESE DAS ATIVIDADES-FIM

GEOLOGIA E RECURSOS MINERAIS

Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil – PLGB

O Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil abrange o mapeamento geológico sistemático do País, os levantamentos aerogeofísicos, a prospecção geoquímica regional e o estudo dos recursos minerais do território brasileiro. Os dados obtidos pelo programa, arquivados em bases de dados georreferenciados, e os mapas temáticos (geológicos, geoquímicos, geofísicos, metalogenéticos e de previsão de recursos minerais) retratam e sintetizam o nível de informações geocientíficas disponíveis.

Em 1995, foram desenvolvidos projetos em diversas escalas e com objetivos bem definidos, em todo o território nacional, através dos subprogramas a seguir mencionados e cuja designação, por si só, define os respectivos objetivos.

Integração Geológico-Metalogenética – Escala 1:1.000.000

Os projetos desse subprograma cobrem uma área de dois milhões de km² e objetivam reunir e recuperar todo o acervo de informações geocientíficas atualmente disperso, gerado por diversas entidades, promovendo sua organização e arquivamento em bases de dados e melhorando a qualidade dos mapas geológicos e o conhecimento dos recursos minerais do País.

Nesse ano, tiveram continuidade oito folhas do corte cartográfico internacional: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Aracaju, Jaguaribe, São Luís, Porto Velho, Rio Apa e Goiânia, onde foram executados trabalhos cobrindo uma área de 878.400 km²; a área total revisada por esses projetos já atinge 1.471.400 km².

Mapeamento Geológico-Metalogenético

Na região amazônica pode-se mencionar:

- Na escala de 1:500.000, na fronteira norte dos estados do Amazonas e de Roraima, foram mapeadas áreas com cerca de 300.000 km².
- Na escala 1:250.000 foram feitos trabalhos de consolidação de dados e elaboração de relatórios em três folhas do Programa Grande Carajás, desenvolvidos na rica Província Mineral de Carajás e áreas adjacentes. Ainda nessa mesma escala, teve início em 1995 o mapeamento geológico das áreas dos Projetos Tapajós e Alta Floresta, nos estados do Pará e Mato Grosso, respectivamente, situados em duas grandes províncias minerais do País, que tem sido objeto de intensa garimpagem para ouro. A área mapeada nesses projetos totalizou 43.500 km².

Nas demais regiões foram desenvolvidos os seguintes trabalhos:

- Treze (13) folhas do denominado Projeto Mapas Metalogenéticos e de Previsão de Recursos Minerais, abrangendo as regiões Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste, visando à atualização permanente das cartas geológicas e metalogenéticas, na escala 1:250.000, daí resultando a revisão do mapeamento geológico de uma área de 53.000 km².

- Projetos em escala 1:100.000 desenvolvidos para levantar informações e elaborar mapas, visando à solução das seguintes questões: (1) demanda por recursos hídricos subterrâneos, em função da carência de águas superficiais; (2) melhor conhecimento de províncias minerais importantes (tradicionais) ou emergentes (de grande potencial); e (3) áreas de conflito entre a atividade de mineração e a expansão urbana. Dos nove projetos executados em 1995, três situam-se na região Nordeste, em área com carência de recursos hídricos; três na Sudeste e Sul, em torno de grandes centros urbanos (Belo Horizonte e Curitiba) e com intensa atividade de mineração e três na região Centro-Oeste, em área de grande potencialidade para mineralizações de ouro. O mapeamento geológico executado nesses projetos cobriu uma área de 15.400 km².

Base de Dados Georreferenciados

A CPRM, cumprindo o seu papel de Serviço Geológico, deu continuidade aos trabalhos de otimização das Bases de Dados – SIGA, proporcionando um expressivo avanço na utilização dos dados documentais e georreferenciados, bem como uma melhoria na disseminação de informações geocientíficas, atingindo um total, nas diversas bases, de 685.437 registros.

Paleontologia

Dentro desse subprograma está em fase de conclusão o Relatório Final do PROJETO PALEONTOLOGIA DA BACIA DO PARNAÍBA, cujo principal produto é a elaboração de um livro versando sobre o desenvolvimento da História Geológica do Fanerozóico desta bacia.

Geofísica

Durante o ano de 1995 duas iniciativas permitiram um grande avanço no geoprocessamento de dados aerogeofísicos. A primeira delas foi a assinatura de um acordo de transferência de tecnologia com a firma canadense Paterson, Grant & Watson Limited e a participação da CPRM na elaboração do Mapa Aeromagnético da América do Sul. Foi confeccionado o mapa magnético do Brasil na escala 1:7.000.000.

A segunda medida foi a aquisição de um pacote de "softwares" da Geosoft para processamento de dados aerogeofísicos em microcomputadores e a implantação desses "softwares" nas Superintendências Regionais, descentralizando, desse modo, os serviços de confecção de mapas que eram concentrados na Divisão de Geofísica do Departamento de Geologia.

Foi iniciado, no final de 1995, o levantamento aerogeofísico do Projeto Juruena-Teles Pires – Fase II, no Norte do Estado de Mato Grosso, com a realização de 21.464 km de perfis geofísicos, correspondentes a uma área de 41.100 km². O processamento e a interpretação dos dados serão realizados em 1996.

Em geofísica terrestre foram realizados os seguintes trabalhos: eletrorresistividade, visando água subterrânea, em Conceição do Araguaia (PA), São Gabriel da Cachoeira (AM), Rio Acima (MG), Arraial do Cabo (RJ) e Guajará-Mirim (RO); estabelecimento de assinaturas geofísicas das diferentes unidades geológicas e mineralizações do "greenstone belt" Rio das Velhas; ensaios geofísicos com eletrorresistividade em área de aterro sanitário em Belo Horizonte, visando determinar falhas e fraturas

no terreno; levantamento com eletrorresistividade em Sete Lagoas (MG), onde se constataram indícios de abatimento de terreno, visando fornecer subsídios para delimitação e estudo de área de risco; serviços de eletrorresistividade, visando à prospecção de gipsita, no Estado do Ceará; monitoração, através de eletromagnetometria, da pluma de poluição de depósito de lixo em Porto Alegre (RS); perfis de gravimetria em Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul, visando ao entendimento de condicionamentos geológicos locais.

O quadro seguinte permite acompanhar as atividades do PLGB nos últimos cinco anos:

EVOLUÇÃO DOS MAPEAMENTOS GEOLÓGICOS EXECUTADOS PELA CPRM NOS ÚLTIMOS 5 (CINCO) ANOS – EM MIL KM ²					
ANO	E S C A L A S				
	1:1.000.000	1:500.000	1:250.000	1:100.000	TOTAL
1991	0,0	4,7	118,8	21,7	145,2
1992	0,0	135,0	56,5	6,0	197,5
1993	0,0	28,5	43,5	5,1	77,1
1994	593,0	28,5	164,5	17,3	803,3
1995	878,4	32,8	96,5	15,4	1023,1
TOTAL	1471,4	229,5	479,8	65,5	2246,2

GEOLOGIA ECONÔMICA

Prospecção Mineral

As atividades de prospecção mineral de caráter regional e estratégico e complementar aos levantamentos geológicos básicos são executadas em todo o território nacional, independentemente da existência de direitos minerários da CPRM ou de terceiros.

Os projetos em execução foram os seguintes:

- Programa Nacional de Prospecção da Platina;
- Programa Nacional de Prospecção de Ouro;
- Projeto Avaliação de Depósitos Minerais para Construção Civil, no Maranhão e no Piauí;
- Projeto Pegmatitos do Nordeste Oriental;
- Projeto Rochas Ornamentais (PE);
- Projeto Celestita (estrôncio) (RN);
- Projeto Argilas Nobres na Bacia do Parnaíba, onde foram descobertas importantes ocorrências de zeólitas naturais;
- Programas de Avaliação Geológico-Econômica de insumos para agricultura e de pedras preciosas brasileiras.

Pesquisa Mineral

Ao final do exercício o acervo de direitos minerários da CPRM estava constituído de: 183 áreas com Relatórios Finais aprovados, disponíveis para negociação, através de licitação pública destinada a passar os direitos minerários ao setor privado; 75 áreas aguardando a aprovação dos Relatórios Finais de Pesquisa pelo DNPM; 47 áreas aguardando a renovação dos alvarás e 133 áreas requeridas no passado e em processo de reavaliação pela Diretoria Executiva.

As atividades de campo, como no ano anterior, concentraram-se em cinco projetos: Vale do Ribeira/SP (ouro), Redenção/BA (chumbo/zinco), Canindé/BA (platinoídes), Carutapera/MA (ouro) e São Martinho/SC (fluorita).

Economia Mineral

Na área de Economia Mineral as atividades foram voltadas para o suporte aos projetos de prospecção e pesquisa mineral e para projetos contratados com terceiros, bem como para o treinamento de profissionais nesse campo do conhecimento.

Boa parte do trabalho foi dedicada a serviços contratados pelo DNPM – estudos econômico-minerais e apoio à fiscalização das atividades das mineradoras, inclusive dos aspectos ambientais.

RECURSOS HÍDRICOS

Levantamentos Hidrológicos

Em 1995 prosseguiram os serviços hidrológicos executados para o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, com ênfase total na qualidade do dado coletado; a parte da Rede Hidrometeorológica Nacional operada pela CPRM chegou a 2.796 estações em todo o País.

EVOLUÇÃO DOS LEVANTAMENTOS HIDROLÓGICOS EXECUTADOS PELA CPRM					
ANO	ESTAÇÕES OPERADAS	VISITAS DE INSPEÇÃO	MEDIÇÕES LÍQUIDAS	MEDIÇÕES SÓLIDAS	AMOSTRAS DE QUALIDADE DAS ÁGUAS
1985	2.535	10.676	5.582	591	512
1990	2.573	5.742	1.009	156	193
1991	2.756	4.392	446	104	86
1992	2.797	5.094	2.112	343	222
1993	2.808	8.031	3.084	531	389
1994	2.864	9.236	3.525	609	461
1995	2.796	10.007	4.328	660	1.734

O Projeto Paraíba do Sul, desenvolvido pelo DNAEE em cooperação técnica com o Governo da França, visando definir um modelo de gestão de recursos hídricos nessa bacia hidrográfica, de vital importância para o País, teve excelente desempenho e contou com o apoio da CPRM.

Água Subterrânea

Mantendo a tendência apresentada no ano de 1994, quando apresentou grande recuperação, a atividade de perfuração, no ano de 1995, registrou um total de 15.762 metros, dos quais 89% objetivando pesquisa e captação de água subterrânea para abastecimento urbano, rural e industrial, bem como para irrigação.

EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE METROS PERFURADOS – 1970/1995			
Ano	Água Subterrânea	Diversos	Total
1970/1990	306.693	2.344.011	2.650.704
1991	6.802	1.636	8.438
1992	4.022	1.355	5.377
1993	6.324	683	7.047
1994	12.574	2.986	15.500
1995	13.993	1.769	15.762
Total	350.348	2.352.440	2.702.788

Os poços para água subterrânea foram executados principalmente para órgãos públicos, através de convênios, entre os quais o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a Fundação Nacional de Saúde – FNS, Secretarias Estaduais e Prefeituras; também contrataram esses serviços com a CPRM diversas entidades privadas.

Foi instituído o “Programa de Água Subterrânea para a Região Nordeste”, para o período 1996/1999, para aprofundar o nível de conhecimento dos aquíferos daquela região e apoiar as ações para sua exploração.

MEIO AMBIENTE

Programa Gestão e Administração Territorial – GATE

Desde 1991 a CPRM vem desenvolvendo um programa com abordagem para as questões ambientais, notadamente voltado para a harmonização das políticas de preservação da natureza e de desenvolvimento econômico, envolvendo um elenco de importantes temas como: Gestão Ambiental em Aglomerados Urbanos; Manejo de Recursos Hídricos; Uso dos Solos; Riscos Geológicos; Planos de Manejo de Unidades de Conservação; Utilização Otimizada de Recursos Minerais; Controle de Enchentes; Subsídios aos Planos Diretores Municipais; Vulnerabilidade de Aquíferos; Zoneamento Ecológico-Econômico, entre outros.

O ano de 1995 foi marcadamente caracterizado pela expressiva produção de obras que beneficiaram algumas dezenas de cidades, como sejam Porto Velho, em Rondônia; Manaus e Apuí, no Amazonas; Belém, Capanema, Castanhal, Conceição do Araguaia, Marabá, Novo Repartimento, Paragominas, Pau D'Arco, Redenção, Santa Izabel e Xinguara, no Pará; Fortaleza, Maranguape, Banabuiú e a Região do Cariri, no Ceará; Região Metropolitana do Grande Recife, em Pernambuco; Morro do Chapéu e Ilhas Tinharé-Boipeba, na Bahia; Região Metropolitana de Belo Horizonte e Caxambú, em Minas Gerais; Jundiá, em São Paulo; Região Metropolitana de Curitiba, no Paraná; Criciúma, em Santa Catarina; Região Metropolitana de Porto Alegre e Litoral Norte do Rio Grande do Sul (Arroio do Sul, Capão da Canoa, Cidreira, Imbé, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha, São José do Norte, Tavares, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá). A ampla diversificação regional dos trabalhos atesta a importância da gestão do ambiente, como uma das principais atividades da CPRM, com envolvimento de Prefeituras, Universidades, Secretarias Estaduais e outros órgãos federais e estaduais no âmbito de suas respectivas atribuições.

Programa Integração Mineral em Municípios da Amazônia – PRIMAZ

Sob a designação de Projeto de Integração Mineral em Municípios da Amazônia – PRIMAZ/PARÁ, prosseguiram as atividades deste Programa no Estado do Pará, realizando serviços principalmente nos municípios de Santa Maria das Barreiras, Pau d'Arco, Santana do Araguaia, Marabá e Itaituba. Os relatórios finais dos três primeiros municípios acima referidos foram oficialmente entregues às respectivas prefeituras.

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Atividades no Exterior

No âmbito internacional, foi dada continuidade à política de divulgação, prestação de serviços e de cooperação técnica bilateral, seja participando de licitações, apresentando propostas, promovendo a assinatura de Atos Internacionais com outros países, ou intermediando negociações.

Foram firmados atos internacionais visando à cooperação técnica e científica com o Serviço Geológico do Canadá, com o Serviço Geológico da Namíbia e com a Direção Nacional do Serviço Geológico da Argentina.

Atividades Comerciais

Durante o exercício de 1995, foi consolidada a estratégia no sentido de que os novos Convênios firmados pela CPRM sejam em regime de parceria desobrigando-a, assim, de parcela razoável do custo dos projetos. Com isso, foi possível uma melhor distribuição dos recursos disponíveis, permitindo a execução de um número maior de projetos.

ATIVIDADES DE APOIO TÉCNICO

O apoio técnico às atividades de pesquisa foi prestado pelo Departamento de Geoprocessamento – DEGEP, Laboratório Central de Análises Mineraias – LAMIN, Centro de Documentação Técnica – CEDOT e Centro de Cartografia – CECAR; a atividade de perfuração de poços, especialmente para água subterrânea, por outro lado, teve o apoio técnico do Parque de Material de Caeté, do Depósito de Araraquara e do Núcleo de Apoio de Mossoró.

Nesse conjunto merece referência especial a modernização tecnológica e o reaparelhamento do LAMIN, com o recebimento, entre outros, dos seguintes equipamentos: espectrômetro de plasma (ICP), espectrômetro de fluorescência de raios X, cromatógrafo de íons, microscópio de polarização com acessório de fotomicrografia, acessório gerador de hidretos e de vapor de mercúrio, sistema de digestão de amostras por microondas, sistema de ultrapurificação de água, detector portátil de radônio e torônio.

Os demais órgãos, outrossim, tiveram grandes melhorias em equipamentos, "softwares" e instalações.

Na área de Cartografia há que noticiar a impressão de mapas totalmente digitalizados na CPRM, como o Mapa de Depósitos Mineraias Seleccionados e de Garimpos do Brasil e o Mapa Geológico-Tectônico do Brasil, ambos na escala de 1:7.000.000.

Reivindicação antiga das empresas de mineração e das comunidades geológicas nacional e internacional, destaca-se também a reimpressão do Mapa Geológico do Brasil na escala de 1:2.500.000.

ATIVIDADES—MEIO

Treinamento e Aperfeiçoamento

A CPRM proporcionou diversos tipos de treinamento e aperfeiçoamento ao seu quadro de empregados, que podem ser resumidos nos seguintes tópicos:

- 567 participações em eventos de curta duração, tais como simpósios, congressos, estágios, visitas técnicas, “workshops” e outras;
- 85 participações em cursos de pós-graduação; e
- promoção de diversos eventos internos de treinamento, entre os quais podem ser destacados os de Gestão da Qualidade Total (dois eventos, um no Rio de Janeiro e outro em Brasília) e o de Administração e Política de Recursos Minerais (Rio de Janeiro).

Sistema Integrado de Aprimoramento de Desempenho

Implantado em seu primeiro módulo em 1994, o Sistema Integrado de Aprimoramento de Desempenho – SIAD possibilitou, em 1995, a consolidação dos dados da Avaliação de Performance Profissional – APP, cujos resultados constituíram a base para a montagem dos instrumentos de administração de recursos humanos da CPRM, quais sejam: a) o Gerenciamento de Desempenho Profissional – GDP (segundo módulo do Sistema); b) o Programa Global de Treinamento, a partir de 1996; c) a promoção de readaptações funcionais e atendimentos psicossociais; d) cadastro de instrutores internos; e e) cadastro de quadros funcionais ascendentes.

Relações Trabalhistas

O ano de 1995, apesar das dificuldades decorrentes da orientação e dos dispositivos que restringiram sobremodo a administração de pessoal, nos seus mais diversos aspectos (tais como: quantitativo de pessoal, política de cargos e salários, política de benefícios e outros), caracterizou-se pela perfeita harmonia da Empresa com as entidades sindicais e associativas. Atribui-se este fato ao profissionalismo, transparência e, principalmente, ao amadurecimento nas relações trabalhistas, que propiciou, na discussão de assuntos de interesse comum, um ambiente de irrestrita e responsável parceria.

Qualidade e Produtividade

Considerado prioritário, o Programa Qualidade CPRM apresentou significativa evolução com a criação e implantação do Comitê de Coordenação do Programa e assinatura do contrato de consultoria técnica com a Fundação Christiano Ottoni. Através desses instrumentos foram realizados simpósios de sensibilização, voltados para as áreas de hidrologia, administração e finanças, além da elaboração de estratégias e cronogramas de implantação do Programa em toda a Empresa, a partir de 1996.

ÍNDICES DE DESEMPENHO

O desempenho da Companhia, tanto sob o aspecto operacional quanto econômico-financeiro, é acompanhado segundo os conceitos estabelecidos no Convênio de Desempenho assinado com o Ministério de Minas e Energia.

O processo implica no estabelecimento de metas anuais, subdivididas em trimestres e avaliadas com a mesma frequência.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A irregularidade com que o Orçamento é disponibilizado para aplicação, aliada às incertezas das liberações financeiras por parte do Tesouro Nacional, implica em graves problemas no planejamento das atividades. Mesmo assim, a Companhia atingiu resultados operacionais bastante significativos. O quadro abaixo demonstra a evolução de alguns indicadores de desempenho bastante característicos das atividades da Companhia.

Indicador	Unidade	1991	1992	1993	1994	1995
Mapeamento Geológico (Produção de Mapas)	mapa	67	15	75	60	77
Medições Hidrometeorológicas	visita	4.392	5.094	8.031	9.236	10.015
Prospecção Mineral Estratégica	mapa	ND*	ND*	ND*	91	204
Gestão e Administração Territorial (Produção de Cartas)	mapa	ND**	55	173	227	203

* Até 1993 este indicador era expresso em Km², não traduzindo corretamente a atividade correspondente; por isso foi criada nova série a partir de 1994.

** Este indicador não integrava o Convênio de Desempenho em 1991.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do corrente exercício foi extremamente prejudicada pela política posta em prática pelo Tesouro Nacional. De um orçamento de custeio aprovado - Fonte Tesouro - no valor de R\$ 45.197 mil, só foram disponibilizados R\$ 36.271 mil, dos quais cerca de 33% no dia 31 de outubro. Esta cronologia impediu a Companhia de promover suas atividades dentro do planejado, implicando numa execução orçamentária aquém do limite e de suas necessidades.

Os recursos provenientes do Tesouro Nacional efetivamente utilizados pela CPRM, montaram a R\$ 64.577 mil e os decorrentes da venda de serviços (receita própria) somaram R\$ 28.293 mil, com os seguintes usos:

Pessoal	R\$	44.723 mil
Custeio	R\$	43.325 mil
Investimento	R\$	2.145 mil
Serviço da dívida	R\$	39 mil
Saída de caixa	R\$	2.629 mil
Total	R\$	92.870 mil

Os recursos de R\$ 44.723 mil para pessoal atenderam aos custos de salários, indenização de campo, férias, gratificação compulsória (13º salário) contribuição à - Previdência Social (INSS etc) e contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). No início de 1995 havia 1.816 empregados e no final 1.776.

ASPECTOS FINANCEIROS

No exercício de 1995 a Companhia apresentou um resultado positivo de R\$ 93.640,47.

Analisadas as demonstrações, elaboradas segundo os padrões estabelecidos pela CVM, verifica-se que houve um acréscimo de 3% no lucro bruto, em moeda constante, comparado com 1994. A receita de prestação de serviços e de operações de pesquisa apresentou uma involução de 28%, decorrente principalmente da mudança de metodologia do contrato com o Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM, que passou à forma de Convênio, com destaque orçamentário, não produzindo receita contabilizada. A receita de subvenções manteve-se nos mesmos níveis de 1994.

O custo de prestação de serviços e de operações de pesquisa decresceu 16%, se comparado com 1994, resultante, principalmente, do esforço coordenado e persistente em buscar melhores padrões de rentabilidade nas atividades empresariais e institucionais, com medidas duras de contenção de custos em prol de maior competitividade.

O aumento de 8% verificado nas despesas gerais e administrativas é explicado, na sua maior parte, pelas provisões que somam R\$ 17.566 Mil (R\$ 12.614 Mil, constituídas no exercício). Entretanto, se analisada a relação Custo Indireto/Custo Direto, é possível concluir que, apesar do crescimento, essas despesas têm uma participação menor no total das despesas da Empresa. Isto porque, em todas as suas linhas de serviço, os investimentos em projetos institucionais (custeados pelas subvenções do Tesouro Nacional) e empresariais (vendidos a terceiros) foram superiores aos dos últimos anos.

Finalmente, é importante registrar que os números finais do Balanço da CPRM para 1995 evidenciam índice de Liquidez Geral de 1,04*, atestando a saúde financeira da Empresa e sua capacidade de honrar compromissos.

(*) relação entre a soma dos ativos circulante e realizável a longo prazo e a dos passivos circulante e exigível a longo prazo

Destinação do Resultado

A Administração está propondo à Assembléia Geral a seguinte distribuição do resultado do exercício:

1 – Constituição de Reserva Legal de 5% do lucro líquido, no montante de R\$4.682,42, de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76; e

2 – Transferência do saldo de R\$ 88.966,05 para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, para absorção de parte dos prejuízos de anos anteriores, cujo saldo devedor ajustado e corrigido em 31 de dezembro de 1995 é de R\$ 9.199.877,90.

Dividendos

A Companhia, neste exercício, não pagará dividendos aos seus acionistas, possuidores de ações preferenciais e ordinárias, tendo em vista ter sido totalmente absorvido pelos Prejuízos Acumulados o lucro líquido ajustado, após a constituição da Reserva Legal, conforme abaixo:

Lucro ou Prejuízos Acumulados, ajustados e corrigidos em 31.12.95	(R\$ 9.199.877,90)
Lucro Líquido transferido após a constituição da Reserva Legal	R\$ 88.966,05
Saldo final da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados em 31.12.95	(R\$ 9.110.011,85)

Aumento de Capital

Com base no Art. 167 e seu § 1º da Lei 6.404/76, o Capital Social Integralizado será aumentado de R\$ 27.211.910,34 para R\$ 33.324.235,41, pela incorporação da correção monetária do ano de 1995, no valor de R\$ 6.112.325,07.

Aprovado em reunião de 15.02.96 da Diretoria Executiva